

### Fiat Palmax: diálogos sobre a gênese de uma cidade amazônica

Silva Carvalho, Elson Santos; Parente, Temis Gomes; Júnior, Dernival Venâncio Ramo

Veröffentlichungsversion / Published Version  
Zeitschriftenartikel / journal article

#### Empfohlene Zitierung / Suggested Citation:

Silva Carvalho, E. S., Parente, T. G., & Júnior, D. V. R. (2016). Fiat Palmax: diálogos sobre a gênese de uma cidade amazônica. *Revista Observatório*, 2(1), 252-276. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2n1p252>

#### Nutzungsbedingungen:

Dieser Text wird unter einer CC BY-NC Lizenz (Namensnennung-Nicht-kommerziell) zur Verfügung gestellt. Nähere Auskünfte zu den CC-Lizenzen finden Sie hier:  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.de>

#### Terms of use:

This document is made available under a CC BY-NC Licence (Attribution-NonCommercial). For more information see:  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>

**Fiat Palmax: Diálogos  
Sobre A Gênese De Uma  
Cidade Amazônica**

Fiat Palmax: Dialogues on the  
Amazon City Genesis

Fiat Palmax: Diálogos sobre la  
génesis de una ciudad  
amazónica

**Elson Santos Silva Carvalho<sup>1</sup>**  
**Temis Gomes Parente<sup>2</sup>**  
**Dernival Venâncio Ramos Júnior<sup>3, 4</sup>**

**RESUMO**

A formalização da autonomia do estado do Tocantins, pelo texto da Constituição Federal Brasileira de 1988, refere-se ao processo com a palavra "criação". Este

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduado em Estudos Sociais - História. Especialista em culturas negras no atlântico (UnB) e história social (UFT). E-mail: [profelson@uft.edu.br](mailto:profelson@uft.edu.br).

<sup>2</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (1986), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1996) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Pós-Doutora pelo CEDEPLAR/UFGM, (2010). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal do Tocantins. Bolsista de Produtividade 2-CNPQ. Coordenou o DINTER - doutorado Interinstitucional em História UFT/UFRJ. Foi coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Regional-UFT. Coordenadora do Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero - NEDIG da UFT. É associada da ANPUH-NACIONAL, da Associação Brasileira de História Oral. Atua nas seguintes áreas: História do Tocantins; História Regional; História e Gênero; História das Mulheres. História Cultural. Gênero e Meio Ambiente. E-mail: [temis.parente@uol.com.br](mailto:temis.parente@uol.com.br).

<sup>3</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (2002), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2004) e doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Atualmente é professor nos Programa de Pós-graduação em Letras e Ciências do Ambiente (Doutorado) e no PROFHISTÓRIA (Mestrado) da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea da América Latina e Caribe. É Bolsista Produtividade em Pesquisa Institucional/UFT. E-mail: [dernivaljunior@gmail.com](mailto:dernivaljunior@gmail.com).

<sup>4</sup> Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Tocantins. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Avenida NS 15, 109 Norte - Plano Diretor Norte - Palmas - TO, 77001-090 Brasil.

princípio é reforçado na ideia de um espaço vazio, bem como de discursos legitimatórios do controle político por alguns indivíduos. O ato comunicativo expresso na criação, usando perspectivas da História Oral, Ecologia, Filosofia, por conceitos como a biossemiótica e a autopoiese urbana, convergem na complexidade envolvida das intenções e imprevisibilidade de processos que envolvem sistemas humanos. A partir dessa inferência, Palmas, num estudo das características de seu Plano Diretor, é compreendida a partir de seus observadores, seus criadores imediatos e da emergência de propriedades que impossibilitaram a previsão de ocupação, crescimento e relações materiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Palmas; criação; oralidade; autopoiese urbana.

## ABSTRACT

The autonomy formalization of the Brazilian state of Tocantins, by the Federal Constitution of 1988, refers to process using the word "creation". The principle is reinforced by the idea of an empty space, as well as political speeches control justified by some individuals. The communicative act expressed in creation, using Oral History, Ecology, Philosophy, through concepts like biosemiotics and urban autopoiesis, converge in the intricacies of intentions and unpredictability of processes that involve human systems. From this inference, Palmas, in a study of the characteristics of its Pilot Plan, is understood from its observers, its immediate creators and the emergence of properties which prevented the occupation, growth and material relationships.

**KEYWORDS:** Palmas; creation; orality; urban autopoiesis.

## RESUMEN

La formalización de la autonomía del estado de Tocantins, el texto de la Constitución Federal de Brasil de 1988, se refiere al proceso con la palabra "creación". Este principio se refuerza la idea de un espacio vacío, así como legitimatórios discursos de control político por unos pocos individuos. El acto comunicativo expresa en la creación, el uso de puntos de vista de la historia oral, Ecología, Filosofía, por conceptos como biosemiótica y autopoiese urbanas converger en las intenciones y la imprevisibilidad de los procesos que implican sistemas humanos complejidad. De esta inferencia, Palmas, por un estudio de las características de su Plan Maestro, se

entiende a partir de sus observadores, sus creadores inmediatos y la aparición de propiedades que hacían imposible previsión de ocupación, el crecimiento y las relaciones materiales.

**PALABRAS CLAVE:** Palmas; creación; oralidad; autopoiesis urbana.

Recebido em: 28.02.2016. Aceito em: 13.03.2016. Publicado em: 30.04.2016.

***Fiat Palmax: Que se faça Palmas...***

O embricamento de interesses privados e o estabelecimento de um poder Público, mais simbólico que efetivamente representativo, alcançou visibilidade com o discurso autonomista do Norte Goiano na Assembléia Nacional Constituinte, em meados dos anos 80 (SILVA CARVALHO, 2012). Como produto dessa inferência, as linhas dessa pesquisa apresentam aspectos da complexidade simbólica das intencionalidades da *criação* de Palmas, capital do estado do Tocantins desde 1º de janeiro de 1990. Alguns elementos de sua concepção urbana direcionarão a discussões mais ampliadas sobre o conceito de criação, aqui tomado como parte de um processo comunicativo.

O uso de referências ao Gênesis bíblico é reiterado nos subtítulos e não é aleatório. Imagens e alusões ao tecido imaginário do cristianismo, nos termos de Anderson (2003), converteram-se (ou tem esse objetivo) no estabelecimento de um vínculo identitário.

Ademais, afirmam as permanências históricas (e resiliências) da colonialidade na América Latina, percebidas nos discursos autonomistas, nas necessidades e legitimações pela invenção de uma subalternidade e "abandono civilizatório". Quijano (2002), debruçado sobre a compreensão das manifestações e mecanismos do fenômeno de poder global, relaciona três elementos padrões (dominação, exploração e conflito) na disputa pelo controle do trabalho, sexo, autoridade coletiva (ou pública), subjetividade/intersubjetividade, bem como seus respectivos recursos e produtos.

A elaboração de fronteiras políticas no caso do Norte de Goiás, justificou-se, no contexto da reabertura democrática brasileira e promulgação da Constituição Federal de 1988, pelo projeto de padronização ocidental comum às territorialidades do continente americano. A colonialidade do poder aqui referida manifestou-se

(manifesta-se) com a ideia de raça, todo o bojo de superioridade/subalternidade e consequente supressão das subjetividades na produção de conhecimento que acompanha essa categoria axiológica (ou o pressuposto de que as organizações sociais, como as indígenas, quilombolas e camponesas, são invisíveis e irrelevantes na logicidade da cartografia moderna); do advento do capitalismo como motor das relações temporais, corporais e materiais; e principalmente, do fundamento do Estado como hegemônico centralizado, logo, da ocupação de cargos, representantes políticos e autoridades (QUIJANO, 2002).

As referências acompanharão os diálogos teóricos: um troca de saberes e entrelaçamento conceitual que reforçará cordas, tecendo ligações concretas e inteligíveis, oxalá.

### **“Disse Deus: haja luz. E houve luz”: o discurso como poder criacional**

Compreendido o emissor como Criador e o receptor, como criatura, (com seu início em letra minúscula para exemplificar a weberiana concepção da legitimidade das relações de poder/dominação) podemos, com fins analíticos, dispor um discurso coletivamente conhecido, bem como seus significados. Para que a provocação epistemológica seja antecipada, essas representações convertem-se numa tradição oral, legada da reprodução dinâmica de discursos e compreensões dialógicas de percepções sociais, conforme a definição de Vansina (1985: 3). Tanto o produto quanto o processo da tradição oral tende a ser a representação do momento em que é expressa, diferente em cada etapa.

As discussões linguísticas podem apresentar uma possibilidade de compreensão desse diálogo com o receptor ainda não existente. Consideremos a proposição clássica de que o discurso depende de três elementos fundamentais: o signo, o significante e o significado. No caso do diálogo entre Criador e futura Criatura, em narrativas e versões judaico-cristãs, o signo (verbo) é resultante da

subordinação de um significante (uma imagem fônica, o som) a um significado (a intencionalidade do emissor e capacidade de compreensão do receptor) (LYONS, 1987).

Essa definição, comum à ciência ocidental, uma espécie de vassalagem conceitual, não engloba diretamente fenômenos visíveis e absolutamente relevantes para entender sistemas humanos, em especial as tradições orais e a resiliência do passado em suas reproduções. Deleuze e Guattari (1995: 27) foram pródigos ao ressignificar, explanando, a organização e insinuações dos atos comunicativos. Muitas vezes, a multiplicidade pode ser falsa (do tipo radicular) porque as soluções possíveis são hierárquicas. Sugerem sistemas para visualizar e organizar as relações mentais, ideias, de/em nossa espécie, apresentados como um rizoma.

Uma maneira de explicar os rizomas é conhecer os demais elementos da proposição que, mais que sucessivos ou evolutivos, comungam espaços e tempos. O que não significa necessariamente serem vistas ou reconhecidas. O sistema chamado arborescente, da reconhecível imagem da árvore, é um deles. Pressupõe um tronco que se estende a galhos que permanecerão estruturalmente ligados. A própria existência do múltiplo (os galhos) é produto da existência de uma anterior, gerativa, una. É o sistema de afirmação da verdade, singular, sendo o múltiplo concebido como um outro ente, existente somente para confirmação de seu tronco.

Em outra via interpretativa, a ideia de criar e da criação, assumida como o ponto geracional de algo ou alguém, deve considerar suas características: possuir origens e conexões; se atualizar; possibilitar novas relações (rizomas); não possibilitar distinções, status ou hierarquias entre criador e criaturas, por interferirem entre si mutuamente.

O ato gerador brota de desejos, intrinsecamente internos, para apresentarem-se políticos posteriormente. É plausível concordar com Deleuze Guattari e Rolnik (1996) nesse ponto: os desejos são maquínicos, geram agenciamentos, se associando

a outras aspirações e intencionalidades. Quando o criador cria, não se restringe e conforta com o próprio ato gerador. Há costumeiramente algo mais a ser envolvido: um comportamento esperado, gratidão, obediência e autoridade.

Creditar a um criador a existência de um elemento, aparentemente, legitima ao indivíduo poder, ou melhor, propriedade e direitos sobre os criados. O Tocantins, criado e alardeado como autônomo e apartado cultural e materialmente de Goiás, não deixou de sê-lo absolutamente nessas e outras categorias. De forma análoga, as relações sociais do goiano podem ou não se modificar com a abrupta separação. O componente ou acordo político não pressupõe uma imediata assimilação dos grupos sociais, especialmente se foram alijados do processo representativo e dos signos utilizados para legitimá-lo.

Dessas indagações, convêm debater os mecanismos de interação, a direção da informação e a relação entre os elementos descritos. O processo de territorialização de Palmas, tornado rizoma das orientações selecionadas acima, será o foco dessa investigação, a partir da premissa do “nada” original, à multiplicidade de olhares e sentires impressos na diversidade humana.

### **“E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas”: intenções e direções da pré-Palmas**

Ir e voltar em temporalidades é daqueles convites que precipitam novos rumos. Num discurso, independente da língua, os acessos se imbricam. Apesar de não possuímos as ferramentas para que os criadores se manifestem objetivamente sobre sua condição, provavelmente por não a reconhecerem, ousaremos apontá-los. Pelo exercício de considerar todos os agentes dos processos dialógicos (ALBERTI, 2005), não somente uma das extremidades do poder, segue a descrição de Aldenir Ribeiro da Cunha, que herdou de sua participação no exército a alcunha “Cunha”. O



trataremos assim, como ele se apresentou. Suas palavras e vivências complementam as propugnações acadêmicas desse diálogo. Recebeu-nos na Associação dos Moradores da 303 norte, quadra imprevista ao norte do Plano Diretor da capital, num final de tarde, onde resiste e insiste como seu Presidente. Ao ser perguntado sobre como ficou sabendo da construção de Palmas e do Estado do Tocantins, respondeu:

Isso é uma história até interessante porque na época a gente ficou sabendo da luta que teve aqui no Estado, de greve de fome e a luta dos parlamentares aqui pela criação do estado e foi nessa greve de fome que eu tive aquele estalo: 'pô, se for realmente criado o estado, eu vou embora para lá. E, na realidade, quando foi sancionada a lei que criou o estado eu falei 'não, agora eu vou lá para ver'. E vim com um outro companheiro aqui. Na época ainda não existia Palmas, ainda estava aquela... os parlamentares correndo atrás, para ver onde que era. No dia que eles estavam sobrevoando a área de Palmas, eu estava em Miracema, que foi onde eu me instalei por uns dias para... até saber onde ficava a capital e a gente acompanhava por um radinho: "não, eles estão sobrevoando a área do Canela e tal... quando foi definido: 'não, é do lado direito do rio Tocantins, na área do Canela. Eu falei 'não, agora eu sei para onde eu vou. E me instalei em Miracema, morei dois anos lá. Apesar de vim para aqui para Palmas todos os dias e voltar para Miracema, ainda morei lá uns dois anos, porque eu cheguei lá em 89, fevereiro de 89, né? E vim embora para cá em 91. Para Palmas... E daqui tô até hoje, né?<sup>5</sup>

A capital do Tocantins deveria ser visível e acessível – edênica, ademais – consonante com o projeto de um lugar que deveria ser diferenciado. Miracema do Tocantins, primeira capital do Estado do Tocantins, era insuficientemente centralizada e estruturada (ou suficientemente goiana, por permanecer organicamente Miracema do Norte) para que servisse ao propósito da referência ao Eldorado e respectivos conquistadores. O mesmo parecer, reforçado pelos embates com os interesses dos poderes locais, impediu que Araguaína se tornasse capital. De acordo com Carvalhêdo e Lira, "o governo, através de manobras políticas, transfer[iu] a capital para o município de Taquaruçu, implantando a sede provisória em uma área não

<sup>5</sup> Entrevista realizada em 19 de abril de 2010, entre 16:59 e 18:00.

urbanizada e distanciada da administração municipal, para [depois] materializar-se como uma cidade planejada” (2009: 53).

O já governador Siqueira Campos, cinco dias após a instalação do primeiro governo tocantinense (15 de janeiro de 1988), partindo da capital provisória Miracema do Tocantins, iniciou sobrevoos na região, que acreditava ser a mais adequada para construção da capital. Construir num espaço não urbanizado em detrimento do aproveitamento da estrutura de cidades já existentes foi iminentemente estratégico. Seria um processo que marcaria a artificialidade como elemento distintivo das demais cidades, naturais. Trata-se de uma das metades da categorização dual e complementar para diferenciar cidades pela sua origem. Na outra, aparecem as cidades naturais, que “surgiram e se desenvolveram, mais ou menos de forma espontânea, e ao longo de muitos e muitos anos” (ALEXANDER, 1965: 58-62).

O primeiro aspecto a se considerar da intenção da artificialidade seria a emergência de condições para sua automanutenção: como não dispunha de recursos dilatados, o Estado não poderia fomentar o projeto. Indenizados os proprietários da área escolhida, haveria possibilidade da venda, do leilão e da doação de lotes. Cria-se num processo de urbanização espontânea, mesmo sem infraestrutura básica às atividades econômicas que garantiriam a permanência dos investidores.

Prevvia-se, para evitar futuros vazios urbanos, uma espécie de comodato, a partir de uma titulação provisória com a anuência do governo estadual. Condiçionava que, cumprido o prazo de três anos para parcelar ou construir, o Estado poderia retomar o bem imobiliário. Segundo, garantiria que todo o aparato simbólico, cimento das relações identitárias que se seguiriam, fosse direcionado às conveniências dos fundadores. Destarte, uma cidade artificial garantiria relações imagéticas e, pela ausência do tempo (ou o convencimento da inexistência/invisibilização da relevância de um passado histórico local), um caráter

mais personalista (aos significados, ações políticas, ideias e intenções de Siqueira Campos) que coletivo aos seus sentidos. “Tanto a fundação da cidade, como a escolha dos monumentos nela dispostos, estão ligados ao desejo e a história pessoal desta personagem que faz parte do cenário político local e regional” (SILVA, 2008: 48). Não estenderemos, pelo escopo dessa pesquisa, ao estudo desses símbolos imaginados, aliás, perspicazmente desenhadas na tese de Silva, acima citada, e revisitadas na dissertação de Anjos (2015).

Terceiro, a capital deveria ser um vetor de crescimento em áreas menos populosas e urbanizadas. Apresenta-se, reiteradamente, a questão do rio Tocantins como referência para dispersão da ocupação. A margem esquerda concentrava e atraía fluxos populacionais, em virtude da Rodovia Belém-Brasília. Ocupar a margem direita, “abandonada”, de acordo com aqueles que defendiam sua ocupação, seria uma forma de reparar o “atraso” da região (PALMAS, 2002: 15). Esse discurso, semelhante ao utilizado para legitimar a transferência da capital do Brasil para o interior, revela uma intercessão simbólica entre Palmas e Brasília. Essa relação de devolução reaparece em proposições objetivas e subliminares. Na primeira campanha para escolha de governadores, em 1988, flamulava o mote pela eleição de Siqueira – que afirmara categoricamente na Assembleia Constituinte que não se candidataria a cargo público caso a autonomia fosse aprovada – com o sintomático *slogan*: “Tocantins: quem criou, merece”.



Figura 1: Siqueira Campos em sobrevoo à região do Povoado Canela, em 28 de janeiro de 1988. Autoria desconhecida. Disponível em: <<http://www.jwsiqueiracampos.com.br/portal>>. Acessado em: 09 ago. 2009.

Na descrição do gênesis bíblico, o Criador partiu de uma percepção sensível, essencialmente visual, e projetou uma realidade imaginada, previsível, controlável: uma exegese da consciência. Analogamente, em 28 de janeiro de 1989, o apontar de um dedo indicador, do alto (de cima para baixo), traça, *ex nihilo*, "do nada", as bordas da representação de seu poder criador (Figura 1). Com os cuidados necessários à afirmação, é a imagem simbólica de um gênero e sua fundação imaginada: a captura do poder fálico e da virilidade judaico-cristã. Trata-se de metáfora interessante ao calor das analogias criacionistas que precedem essa pesquisa, inclusive o recorte da *capella sistina* de Michelangelo. Em ambos, o desejo objetivo do criador precipita criaturas que respaldarão sua magnificência.

Ao sobrevoar por 140 horas a faixa de cerrado que seria concretada e concretizada, em companhia do então governador José Wilson Siqueira Campos, o urbanista Luís Fernando Cruvinel Teixeira, em companhia do arquiteto Walfredo Antunes, do GrupoQuatro - escritório goianiense contratado sem consulta, concurso ou licitação pública para o Projeto da capital (VELASQUES, 2009: 9) - revelou que, "após muitas discussões e ponderações, a região foi finalmente escolhida", complementando que "a serra e os rios já desenhavam Palmas, apenas definimos como se dariam as ocupações" (MACHADO, 2007). O Plano Diretor palmense se expandiria gradativa e centrifugamente (do centro para as bordas), partindo de uma população limite de 300 mil habitantes (no ano 2000) para um total de 1,2 milhões, na projeção final (PALMAS, 2002).

O controle aqui pressuposto conduz, no mínimo, à desconfiança. Uma análise da presunção dessa natureza simbólica é relevante para compreensão da concepção de Palmas, por acompanhar outras percepções. Por exemplo, se não houve tempo anterior ou espaço anterior, pode haver compromisso com o inesperado? O "nada" é

reiteradamente relegado como o espaço do qual a cidade foi erigida. Aparece essencialmente para potencializar e justificar a ideia de criação. Cunha representa o assombro das expectativas dos trabalhadores atraídos, mais com o evento que com o Criador, em si, ao revelar a lembrança de seu primeiro contato sensível, visual, com o Estado:

É, na realidade, quando eu cheguei aqui no Estado, Miracema era a capital do estado naquela época. Então, eu tive uma surpresa, porque apesar da gente ver o lugar, a gente acostumado à capital federal, onde tinha toda a infraestrutura, né? E nós chegamos naquele lugarzinho onde a gente só via movimentação das pessoas, né? Era a luta pelo um sonho, para mudar de vida... E aí então, eu falei: 'pô, aqui é... vai ser onde eu vou conseguir construir a minha vida. Naquela época, a gente ainda acreditava que até a capital pudesse ficar lá. Quando veio para Palmas, que começou, eu estava aqui no dia do lançamento da pedra fundamental... E a gente olhava assim para aquele cerrado e dizia: *'poxa, como é que isso aqui vai surgir do nada, né? Do cerrado'*... Mas a gente acreditava, né? Não, tem um sonho, um objetivo, que é ter uma melhora de vida. E foi assim que eu me encantei por aqui. Naquela época era só poeira... Era abrindo as ruas e era aquele poeirão. Se você olhasse ali, para perto do Palácio, na JK ali, a poeira ela cobria o céu de Palmas. Então, era interessante, porque quando dava essa hora, da movimentação dos carros, a gente olhava para aquele lado ali e a você só via poeira.

O espaço previsto do centro administrativo da cidade gradativamente, pelo impacto de seus primeiros painéis de urbanização, possibilita interpretar que as perspectivas de alguns dos primeiros eram pragmáticas. Se a epopeia seria concreta, à altura de sua propaganda, nem era tão relevante. Seria uma possibilidade de trabalho remunerado imediato e, num outro plano, a esperança da visibilidade social. No exercício metafórico da invisível (o imperador Kublai Khan não a conhecia) cidade do desejo, Despina, entre dois desertos, Marco Polo ou/em Calvino (2003: 8) afirma que "cada cidade recebe a forma do deserto a que se opõe". A miragem, na distância, permite a transmissão das expectativas, a sensação de alívio, a ampliação do que se vê. O desejo é um ente criador.

Milton Santos (2002: 156) utiliza a ideia de que essa aquiescência sobre o

espaço é pré-requisito para defini-lo como objeto de estudo. Por essa lógica, apenas varia o grau de instrumentalização de uma paisagem em relação à outra. Uma área de cerrado, descrita sensorialmente num voo, passa a se tornar parte do domínio humano da visão, mesmo que não haja contato físico ou ações diretas. O “nada” que reiteradamente descreve o estado e sua capital, a partir desse pressuposto, é algo mais que a intuição da inexistência. Direcionar intenções é, nesse sentido, mecanismo para potencializar o poder dos geradores.

Palmas, assimilada como “vazia e sem forma”, sobre as “trevas” da ausência da intervenção humana e o Criador, pairando e observando esse vácuo, é um discurso legitimador do capital simbólico do autodenominado criador. Pressupõe, neste sentido, dicotomias sociais: de um lado, aquele que cria as fronteiras; de outro, aquele que escolherá viver dentro desses limites espaciais. Entretanto, restringir a formação do território a uma mera relação de dominação e sujeição torna incompleta sua compreensão. A seguir, algumas bricolagens conceituais poderão atrelar mais elementos à substância dos princípios da criação e reafirmar a proposição de que é um processo complexo e interativo.

### **Do Golfo Pérsico à biossemiose: imprevisibilidade e comunicação.**

As intencionalidades presentes no discurso fundador podem auxiliar na compreensão do comportamento de elementos num sistema, especialmente a imprevisibilidade do indivíduo. É improvável garantir estabilidade por tempo indeterminado de um conjunto que, para permanecer existindo, precisa se adaptar às crises e/ou condições internas e externas. A circularidade e complexidade dessas interações são interessantemente devassadas pelas perspectivas da sistêmica, ou Teoria dos Sistemas. As considerações de D'Ottaviano e Bresciani Filho (2004: 5-7)

contribuem para o uso dessa possibilidade interpretativa. Ressaltam que, no prisma de um sistema já constituído, são reconhecidos como uma entidade unitária (um conjunto não vazio de elementos ativos e com relações entre si), com complexidade e organização próprias.

O Plano Básico de Palmas, pelas relações que efetivamente produziu, pode ser considerado um esquema representativo de um sistema aberto, dos quais notadamente derivariam micro-relações e estruturas derivativas. É composto de elementos atrelados à dinâmica de comportamentos humanos, que por si só já alerta para as mutações. Esses elementos interferem na dinâmica sistêmica, por não existirem isoladamente. O empregador precisava de empregados da construção civil e não poderia descartá-lo por considerar esteticamente inconveniente sua presença. Cunha narra, pelo prisma do elemento imprevisto e a descrição de seu trabalho, o processo de atração e ocupação do Plano Diretor, que precipitou um atropelamento do projeto de ocupação habitacional por módulos e etapas:

Eu, na época, mexia com estrutura metálica, então, a gente... eu trabalhava com serralheria, né? Muitas vezes a gente até fazia lá em Miracema, vinha para cá à noite no início, porque era muito difícil aqui a questão de energia, locomoção e tal, então a gente trabalhava lá e trazia para cá. Isso passou até um ano e pouco até agente vir em definitivamente. Eu me instalei bem ali, onde na época a gente chamava quadra 15, que é o Setor de Indústria hoje, né? Do final da JK. Então ali eu ainda trabalhei uns quatro ou cinco anos. Depois que eu vim definitivamente para meu instalar aqui na quadra. Mas já naquela época, eu consegui um lote na 303 norte. Era a ARNO 31 na época porque aqui foi uma luta muito grande, de conquista, porque essa região aqui, se dizia na época que era uma região privilegiada, que era só para rico, na época, né? *E o povão, eles vinham para trabalhar... e foi interessante que eles não tinham onde ficar, e foi se formando uma favela ali pertinho do Palácio, onde é o Palácio hoje, e essa favela ela foi crescendo e, na época, por causa da Guerra do Golfo Pérsico, essa favela recebeu o nome de Golfo Pérsico (risos). Era só lona preta, né? (...) E o pessoal começaram a invadir aqui, a quadra, se instalaram aqui... Era uma luta muito grande naquela época para se conquistar esse espaço de moradia e foi a partir daí que se criou a Associação de Moradores...*

(...) Naquela época, tinha uma resistência muito **grande** do governo, mas ele não conseguiu impedir a formação da favela lá. Com essa instalação do povo, formando essa favela do Golfo Pérsico, aí foi um passo para invasão dessa área aqui. (...) (grifo nosso)





Figura 2: Golfo Pérsico, 1991. Crédito: Thenes Pinto.

Os moradores/invasores do Golfo Pérsico tornaram particular a paisagem que deveria pertencer a outro grupo social e é exemplo do processo de apropriação do espaço, ou territorialização. A invisibilidade dessas comunidades, que carregam o signo do incômodo das autoridades e dos incluídos/aceitos legitimados por esses, resiste como identidade apesar dos estigmas e dificuldades (CASTELLS, 1998: 02). Imigrantes do Maranhão, Goiás, Pará e Piauí acabam por criar um “entre-lugar”, como sugere Bhabha (2005: 18), com universos redimensionados, novos complexos sêmicos e, fundamentalmente, assumindo o dinamismo inerente à cultura (como no recriar da primeira Guerra do Golfo, ocorrida entre agosto de 1990 e fevereiro de 1991, realocando sentimentos e informações recebidas pela mídia).

A sobrevivência ou durabilidade (por ser mais realista e ecologicamente adequado) do grupo social depende da observação diligente e aparelhada atividade sob demanda acerca de suas próprias fronteiras ou pontos de comunicação com outras associações. Os vínculos que criam as comunidades, afinidades e repulsões, são percebidos dos níveis quânticos aos macroscópicos, na medida em que possuímos ferramentas ou interesse para notá-los. Mais interessante ainda é o



reconhecimento ou assunção de que existem símiles do que concebemos como atributo exclusivo das divindades nas estruturas biológicas: organismos cerebrais, que analisam atuações e, como centro de distribuição de informações, se encarregam do diálogo entre os componentes do sistema. São os criadores imediatos (cunhado pelo teor dessas considerações, para justificar suas relações transdisciplinares).

Criado ou auto-criado, todo organismo possui uma organização interna. A dinâmica interna depende e é conectada estruturalmente à fronteira do organismo, controlando diretamente os fluxos de entrada e saída que passam por ela. Em outras palavras, para compreender as transformações internas, é visceral compreender sua alimentação externa, sua relação com o exterior, seja qual for o componente ecológico em diálogo (biótico ou abiótico), ou seja, a composição entre unidade e meio, a própria autopoiese. Essa interação é denominada acoplamento estrutural (GRIFFITH; BERDAGUE, 2004: 2).

Nas perspectivas dos Maturana e Varela, buscar correlações, ações e retroações nos processos – a comunicação – é fundamental para analisar o fenômeno do “ser” e “fazer”. Paralelamente, Barbieri (2008) apresenta as possibilidades da biossemiótica, que pode explicar cientificamente a comunicação como ponto de convergência na ontogenia da vida. É uma área do saber recente, tão interdisciplinar que se apresenta como auto-dialógica, centrada na premissa de que a vida depende da semiose. Em outras palavras, aplica estudos acerca da comunicação e significação em sistemas vivos. É uma tendência fortalecida com a descoberta do código genético, apesar de ainda ser vista, especialmente pela Biologia Moderna, como filosofia.

Para a biossemiótica, são os próprios ribosóides os criadores. Não há um ente externo, desconhecido e o ato criacional é produto da comunicação entre as estruturas, suas fronteiras e necessidades. Nos sistemas humanos, ou organizações comunitárias, são eleitos componentes responsabilizados por garantir o cumprimento dos acordos de convivência, ou seja, por garantir a vigília sobre as

fronteiras, a entrada e saída de elementos. É um rizoma comunicativo e funcional às demandas dos que compõe o sistema (uma célula ou uma cidade).

Analogamente, os fluxos de informação encarnam um duto pelo qual normativas sociais historicamente eficientes ingressarão e serão reforçadas no sistema. A dinamicidade, que impossibilita absolutismos descritivos, é o caráter pragmático dessas “ordens”. Reconhecendo discrepâncias com as interpretações individuais, as resistências se convertem na redistribuição das posições sociais: o elemento que se deslumbra com sua própria magnitude é soterrado ou eliminado pela necessidade do grupo. É o princípio que regula as divisões celulares: devem ocorrer adequadamente, sem comprometer os espaços acordados das maiores associações, como os tecidos. O comportamento social do organismo é a eliminação (ou reestrutura de funções, fora do sistema), se não houver um auto-recolhimento ou estabilização.

Embricar teorias ecológicas e de forma mais ampla, compreensões mais articuladas com a premissa de que as representações são internas aos observadores, possibilita identificar os vácuos comunicativos e, em algumas situações, dispor mecanismos de acoplamento e apropriação. Conceber um ser vivo como um sistema em circularidade, autopoietico – que se cria a si próprio - nos termos de Maturana, permite reconfigurar o lugar do cientista no processo de armazenagem e decodificação informacional (MATURANA, 1997: 32-33). Pesando a própria influência desse observador, podem-se inferir percepções únicas e, simultaneamente, produtos do próprio sistema nervoso. É exatamente ao reconhecer que não é possível traçar uma linha de reconhecimento homogênea e universal ao assumir a diversidade que nos é inerente que os múltiplos olhares intensificam sua importância.

Assim como os ribossídeos, combinados e inaugurando um diálogo gerativo na célula, possibilitam a organização e comunicação basilar da ontogenia da vida, as cidades, pela complexidade de seus moradores e constituintes autocriam-se,

pulverizada e intermitentemente. De criadores imediatos, do momento específico do agenciamento de seus desejos, o sistema Palmas tece um novelo imprevisível, porém, com nenhum nó tão cego que não possa ser feito ou reamarrado. O efêmero Golfo Pérsico dos primeiros anos de Palmas representa a importância dos processos comunicativos: de alguma forma, o discurso de que a área não pertencia aos invasores, apesar de desocupada e próxima aos canteiros de obras, não teve a validação interlocutória esperada pelos governantes (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006).

A dispersão dos moradores do Golfo Pérsico por Palmas e outras urbes, com toda sua bagagem cultural e memórias, denota a eternidade termodinâmica das micro-estruturas elementares sistêmicas. Sobre essa autocriação pelo prisma de seus criadores imediatos, o *Fiat Palmax* sugerido, seguirão as próximas inferências.

### **Palmas autocriada: autopoiese urbana no sistema ecológico**

Consideremos Palmas, pela deglutição das informações apresentadas, um ecossistema, complexo por natureza, em que aquilo que liga os elementos entre si, expressa sua identidade e funcionalidade como totalidade complexa (MORIN, 1997: 44).

O fato de o ecossistema tender sempre a manter uma homeostase não significa que ele seja estático. Pelo contrário, trata-se de um equilíbrio dinâmico em perpétua mudança. Só que, sempre houver alteração em determinado ponto da teia das relações, algum tipo de alteração ocorrerá com o objetivo de manter a integridade do todo. Nesse caso, é a morte que garante a continuidade da vida; é o predador que garante à sobrevivência da presa. E assim por diante. (COUTO, 2007: 92).

Cunha, na sequência de sua narrativa, explica a permeabilidade celular aplicada a sistemas urbanos, um mecanismo de retenção para manutenção da homeostase urbana (ou a necessidade de se manter a intencionalidade, imaginadamente). A digressão é derivada depois de ser perguntado sobre a ação policial nas ocupações:

*A polícia? Olha, a polícia, o caso da polícia era mais na entrada da cidade, porque quando começou as invasões, aí chegou uma época em que a polícia triava as pessoas que entravam com mudança, né? E isso até houve uma época que dificultou a entrada das pessoas aqui, que vinham de longe, tal... Era exatamente para evitar as invasões, mas isso não conseguiu evitar que as pessoas viessem para se instalar na cidade. Mas, foi difícil...*

(...) Depois que vedavam a instalação... a invasão ela se dava de maneira muito rápida. Então, era difícil, às vezes, o poder público chegar e: 'não, vamos tirar tudo daqui'. Mesmo porque as pessoas tavam vindo para ajudar a construir a cidade. Estavam vindo porque queriam participar desse processo de construir a cidade... então, eu acho que também foi visto por esse lado pelo poder público (*grifo nosso*).

As fronteiras de Palmas foram resguardadas pela ação policial. Há uma delimitação e uma regulação da entrada e saída de elementos, regulando a permeabilidade. O núcleo, que alegoricamente residiria dos palácios da cidade, emitiu as ordens de regulação, pelo temor que se perdesse de vista a Palmas projetada. Aceitando a comunicação (semiose) como fundamental à ontogenia da vida, pelas elucidações de Barbieri, podemos explorar outro rizoma, aplicável à descrição do conflito urbano narrada por Cunha, na periferia de Palmas. Utilizaremos o interessante conceito da autopoiese urbana, postulado por Berdague e Griffith. Explicam que

As unidades orgânicas, dotadas de organização interna e uma fronteira, têm o potencial para responder positivamente às perturbações eventuais. Mas esse potencial é realizado somente se houver uma relação salutar na interface da fronteira com seu entorno. Assim, co-evolui uma história interessante e prolongada, mas, como veremos, dependente da capacidade do sistema vivo de lidar adequadamente com distúrbios. Apesar de alguns acharem que o conceito da autopoiese não deve ser estendido além dos seres vivos *stricto sensu*, a idéia é – mesmo se for apenas metaforicamente usada – muito útil para entender a dinâmica urbana (...) Neste sentido, postulamos que a ontogenia de uma cidade é desencadeada por eventos ou perturbações, que fazem com que o complexo urbano funcione de maneira semelhante à autopoiese orgânica (2006: 4-5).

É possível estender duas interpretações do caso da invasão no "Golfo Pérsico", em 1991-2. Mumford (1998) explica que a cidade tem a função de um imã, e

simultaneamente, de recipiente, protegendo a “massa crítica reunida pelo núcleo ‘ímã’ contra vazamentos internos”. A reconstrução dos conflitos urbanos, abaixo, baseou-se nessas proposições e os esquemas de Maturana e Varela (2001: 86).



De fato, a poder de atração de Palmas, guarnecido pela propaganda oficial do governo, atraiu visitantes no contexto da fundação e os repeliu, um ano depois, pela incapacidade do recipiente em lidar com as retroações advindas do desequilíbrio de posições. Cunha empresta mais uma elucidação, quando explica as propagandas:

Não, na época, existia, até fora do estado mesmo, muitas propagandas, assim, do governo, né? Falando de Palmas, do Estado, de toda aquela movimentação... Era assim... Aquilo ali dava uma motivação muito grande para as pessoas... Essas propagandas e divulgações, elas aconteciam nos grandes centros do país... e, as pessoas, elas vinham para cá de todos os lados, de todos os cantos do país, motivadas pelas essas propagandas do governo... Elas: ‘aqui é o paraíso, né?’. Porque a maneira como era colocada fora, fora aqui do estado, né?

(...) Tinha muita gente que frustrou, porque eles chegaram aqui achando que era uma coisa... Porque o projeto era mostrado na televisão de um jeito, aí quando as pessoas deparavam com a realidade, mas, ela existia aquela

motivação e as pessoas acreditavam muito...

O processo de periferação das cidades é pontual para constatar esse fenômeno e laboratorialmente palpável nos estudos sobre cidades intencionais (ou planejadas). Conceição (2005) resgata apontamentos relevantes para que se tente compreender as embricadas co-relações que tecem o espaço apropriado, bem como às vicissitudes que caracterizam a cidade e sua evolução enquanto *persona*. Para ele, a cidade agrega passado e presente em suas formas e olhares, se manifestando através de processos e funções no ritmo do dinamismo mutante das relações sociais, forças motrizes das mudanças internas (SANTOS, 2002: 156). As dificuldades na tradução desse processo residem exatamente na inconveniência em conceber que os rumos da informação, cidades e redes, “não são ‘coisas’ dadas, são construídas, forjadas e concebidas e não o são por heróis ou mentes brilhantes” E a constatação de que o conflito é parte necessária do processo de acomodação: “(...) é preciso tensionar para que a instabilidade interno-externo faça reagir a capacidade de criar e conectar. A coisa-informação e a coisa-conhecimento é a *coisa-sendo*” (CONCEIÇÃO, 2005: 36).

Aplicadamente, o Plano Básico de Palmas estabeleceu em seu planejamento uma ocupação populacional centralizada, nuclear, gradativamente sendo expandida na medida em que a demanda exigisse, no sentido sul. Fato é que os bairros periféricos ao norte do plano diretor, imprevistos, incharam numa velocidade “alarmante”, acompanhado pela utilização política da invasão, acomodação e regularização de lotes próximos ao centro encefálico, mesmo carente de sua infraestrutura.

Pesando ainda a pressão do mercado imobiliário, excludente com a população que não acedia aos altos valores para aquisição de imóveis, criou-se uma bolha de vácuo garantida pelo direito constitucional da propriedade privada. A migração para

áreas fora do plano básico como os bairros Aurenys, Taquaralto, Santa Bárbara e adjacentes trouxe consigo níveis de pobreza, desemprego e dependência dos equipamentos e serviços bem elevadas (PALMAS, 2002). O núcleo original, amortecido por um cavo financiado para manter a membrana polar com densidade considerável, se mantém suficientemente distante para que não sejam alimentadas associações. O centro e periferia permanecem dicotomias e espelhos das agressões advindas das disparidades provocadas.

É um processo cíclico, porém, é possível restaurar a eficiência da autopoiese urbana. Berdague e Griffith (2006) sugere que no sistema “cidade autopoietica”/ambiente externo, as fronteiras são semi-perméáveis, por permitirem intercâmbios entre a organização interna e seu entorno. Para Palmas e o Tocantins, que possui uma tradição inventada e elementos que insistem em restringir os espaços de interferência e mediação, o cenário é, no mínimo, nublado. Investimentos estruturais em oportunidades de auto-sustento aos elementos da cidade, através do fomento de qualificação e emprego somente, poderia representar ajuste na fronteira para controlar fluxos de forma mais humanizada. Implicaria a consulta pública e o reconhecimento de necessidades reais da população como um todo, não somente de um determinado grupo.

Analogamente, as cidades, nascidas pela acomodação de comunidades menores, podem ser desestabilizadas e, num contexto mais finalista, pulverizada em outras compleições (outras cidades ou mesmo grupos alteritários). Podem “morrer” ou se reestruturar em territórios que renegam o pertencimento e criam outros vínculos ou identidades. É gradual, e pela complexidade, imperceptível ao vizinho elementar.

O morador das periferias de Palmas, não será o alienígena incoerente, pelo olhar de seus componentes. A reiterada tentativa ideológica de segregação do criador imediato, aqui representado pelo grupo que pôde aceder às características

para pertencer ao sistema autopoietico Palmas, é percebida no vácuo comunicativo e distanciamento das demandas dessa alteridade.

As alusões reiteradas sobre o que se aceitara como inquestionável, porque suas lógicas são tão rizomáticas e estavelmente acopladas – eficientes ademais – que ultrapassam as lógicas binárias que a “ciência ocidental” utiliza como *air bags* das desconcertantes reconstruções das verdades, têm, portanto, a legitimação da óbvia constatação de sua permanência. Oxalá, um chamado à semiosfera, onde os diálogos são horizontalizados e permitem que se reconheça a importância dos emissores de forma empática e internalizada.

## Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALEXANDER, Christopher. **Architectural Forum**, vol. 122, nº 1, abril de 1965: 58-62 (parte 1).

ANJOS, Ana Carolina Costa dos. **Dos girassóis ao capim dourado**: a legitimação do discurso sobre os símbolos governamentais por meio da naturalização; Palmas -TO; 2015; Dissertação (Mestrado em Ciências do ambiente) - Universidade Federal do Tocantins

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. Londres: Verso, 2003

BARBIERI, Marcello. Biossemiotics: a new understanding of life. **Naturwissenschaften**, v. 95, n. 7, jul. 2008, Pp: 577-599.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.

CARVALHÊDO, Wlisses dos Santos; LIRA, E. B. Palmas ontem e hoje: do interior do Cerrado ao portal da Amazônia. **OBSERVATORIUM**: Revista Eletrônica de Geografia, v. 1, n. 2, p. 51-73, 2009.



CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CONCEIÇÃO, Silvio José. Informação, cidade e conhecimento: por uma abordagem do espaço urbano. **Anais**: V Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação. 19/12/2005. Disponível em: <[http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/silviojoseconceicao.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/silviojoseconceicao.html)>. Acessado em: 15 de mai. 2015.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolingüística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus editora, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1, São Paulo, Editora 34, 1995.

D'OTTAVIANO, Itala M. Lofredo; BRESCIANI FILHO, Ettore. Auto-organização e criação. In: **Multiciência**, n. 3 (A mente humana), Campinas, 3/10/2004. Disponível em: <[http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos\\_03/rede\\_02\\_.pdf](http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_03/rede_02_.pdf)>. Acessado em: 03.03.2009.

GRIFFITH, J. J.; BERDAGUE, C. Autopoiese urbana e recuperação ambiental. In: **Saneamento Ambiental**, v. 16, n.120. 2006. p. 65-70.

GUATTARI, E.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **Análise da conversação**: princípios e métodos. São Paulo: Parábola editorial, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **De l'état**: Les contradictions de l'état moderne. Paris: UGE, 1978.

LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

MACHADO, Vania. **Plano Diretor original de Palmas não foi seguido** (03/08/2007). Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/Imprensa/plano-diretor/noticias-2007/agosto/plano-diretor-original-de-palmas-nao-foi-seguido/>>. Acessado em: 06 out. 2010.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. Palas Athena, 2001.

MORIN, Edgar. **Meus Demônios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

**PALMAS**. Instituto de Planejamento Urbano de Palmas. Caderno de Revisão do Plano Diretor de Palmas. Plano diretor de Ordenamento Territorial. Palmas, 2002.

QUIJANO, A. Colonialidade. poder, globalização e democracia. In: **Novos Rumos**, v. 37, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA CARVALHO, Elson S.; PARENTE, Temis G. Fiat Tocantins: histórias (d) e poderes. **Dialogos**, v. 16, n. 3, 2012.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. **Girassóis de Pedra**: imagens e metáforas de uma cidade em busca do tempo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008.

VANSINA, Jan M. **Oral tradition as history**. Univ of Wisconsin Press, 1985.

VELASQUES, Ana Beatriz Araujo. A 'última capital planejada do século XX': o projeto de Palmas e sua condição moderna. In: **8º Seminário Docomomo Brasil**, 01-04/09/2009, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/001.pdf>>. Acessado em: 24 ago. 2010.